

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Unidade Orçamentaria: Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Trabalho e Promoção Social de Anajás.

1.2. DEPARTAMENTOS:

Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Trabalho e Promoção Social de Anajás.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na forma de Pregão Eletrônico de Licitação, pelo critério de Menor Preço por Item e, observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes, notadamente às normas e procedimentos administrativos da Lei nº. 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 18.340/13, da Lei Complementar nº 123/06, atualizada pela Lei Complementar nº 147/14, do Decreto Estadual nº 21.675/17 e da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), bem como às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3. DO OBJETO E OBJETIVOS: BASE LEGAL: ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "A"; ART. 18, II; E ART. 40, § 1º, I DA LEI Nº 14.133/2021:

3.1. Do Objeto

3.1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a Contratação de empresa para aquisição de material de higiene e limpeza, para Prefeitura Municipal de Anajás e Secretarias Vinculadas tendo em vista as necessidades da Prefeitura Municipal de Anajás/Secretarias Vinculadas para atender a demanda do corrente exercício.

3.2. Dos objetivos

3.2.1. Dar continuidade ao andamento das rotinas administrativas dos setores, bem como em relação ao atendimento de usuários e demais visitantes (autoridades, visitantes, comunidade empresarial e outros).

3.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	SEMED	SEMAD	SEMSA	SEMTEPS	QUANT.	PREÇO MÉDIO	PREÇO TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA (cx. com 12 de 1.000ml): Soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p, durante o prazo de validade.	CX	3360	1100	960	360	5.780	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	ÁCIDO MURIÁTICO: embalagem com 1 litro de produto, c/registro no ministério da saúde (registro anvisa), validade de no mínimo de 6 meses, caixa com 12 und.	CX	480	150	240	120	990	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS
CNPJ: 05.849.955/0001-31
UNIDOS PARA O TRABALHO CONTINUAR

3	Álcool em gel, Certificado INMETRO, 70%, 1 L	UND	3600	380	960	240	5180	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Álcool em gel, Certificado INMETRO, 70%, 500 ml	UND	6000	750	1.800	360	8910	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	ÁLCOOL ETÍLICO (ETANOL): 96%, 1 L, caixa com 12 und.	CX	300	100	144	60	604	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Aromatizador de ambiente aerosol tipo bom ar - 360 ml, caixa com 12 und.	CX	216	100	48	24	388	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	BACIA DE PLÁSTICO G	UND	240	150	180	60	630	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	BACIA DE PLÁSTICO M	UND	240	150	180	60	630	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	BACIA DE PLÁSTICO P	UND	240	150	180	60	630	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA 20 LT	UND	300	200	180	60	740	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA 50 LTS	UND	180	200	120	60	560	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	CERA LIQUIDA INCOLOR, embalagem com 750 M L , caixa com 12 unidades.	CX	60	24	24	12	120	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	CESTO P/ LIXO: Pequ c/ Tampa med. aprox.5,5lts. Material de polietileno, cores variadas.	UND	240	120	180	60	600	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	CESTO TELADO PLÁSTICO TAM G, NÃO RECICLADO	UND	336	120	204	60	720	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	COLHER DE PAU TAM. M	UND	420	300	180	60	960	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	COLHER DESCARTÁVEL: tamanho médio, pct c/ 50 unid na cor transparente.	PCT	9600	1200	960	240	12000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	CONCHA DE INOX TAM. G	UND	120	60	36	24	240	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	COPO DESCARTÁVEL 180 M L PCT COM 100 UND	PCT	24000	6000	4.800	1.200	36000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	COPO DESCARTÁVEL 50 ML PCT COM 100 UND	PCT	12000	3600	1.800	600	18000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	CRIVO PLÁSTICO TAM. G	UND	480	240	240	120	1080	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	DESINFETANTE DE 02 LT caixa com 06 und	CX	2400	1200	1.200	600	5400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	DESODORIZADOR DE VASO SANITÁRIO, caixa com 12 und	CX	600	300	240	120	1260	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUÇA 500ml, com caixa de 24 unidades	CX	2640	1200	1.200	360	5400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	ESCORREDOR DE ARROZ EM INOX TAM. G	UND	360	300	120	60	840	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	ESCOVÃO DE PIAÇA	UND	960	960	840	240	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	ESPANADOR	UND	360	240	240	120	960	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	ESPONJA LAVA LOUÇA DUPLA FACE CX CM 60 UND.	CX	204	120	120	36	480	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28	FACA DESCARTÁVEL: tamanho médio, pct c/ 50 unid na cor transparente.	PCT	9600	1200	960	240	12000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	FACA INOX PARA COZINHA 8"	UND	360	240	84	36	720	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	GARFO DESCARTÁVEL: tamanho médio, pct c/ 50 unid na cor transparente.	PCT	9600	1200	960	240	12000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
31	INSETICIDA AEROSOL 300 ML, caixa com 12 und	CX	720	200	96	60	1076	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32	ISQUEIRO	UND	480	240	240	60	1020	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33	LÃ DE AÇO, fardo com 20 und	FARDO	360	240	120	60	780	R\$ 0,00	R\$ 0,00
34	LIMPA ALUMÍNIO: líquido garrafa 500ml, concentrado base água, ecológico, biodegradável validade	UND	720	300	240	120	1380	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS
CNPJ: 05.849.955/0001-31
UNIDOS PARA O TRABALHO CONTINUAR

	de no mínimo de 6 meses, com registro no Ministério da Saúde.								
35	LIMPA VIDROS de 500ml, spray	UND	720	360	360	120	1560	R\$ 0,00	R\$ 0,00
36	LUSTRA MOVEIS, frasco com 200 ml de primeira qualidade (brilho seco), proteção contra manchas à água. Caixa com 24 und	CX	48	36	24	12	120	R\$ 0,00	R\$ 0,00
37	LUVA DE BORRACHA CANO CURTO TAM. G	PAR	1200	600	240	120	2160	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38	LUVA DE BORRACHA CANO CURTO TAM. M	PAR	1800	960	360	120	3240	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39	PÁ PARA LIXO USO DOMÉSTICO - CABO DE 60 CENTÍMETROS - Especificação técnica: pá para lixo uso doméstico - em plástico; com cabo em madeira; medindo 60 centímetros.	UND	600	480	360	120	1560	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40	PANELA DE ALUMINIO DE 10 LT	UND	240	96	96	48	480	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41	PANELA DE ALUMINIODE 20 LT	UND	240	96	96	48	480	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42	Pano de chão atalhado medindo 70cmx60cm. Pct c/ 10 unids.	PCT	1440	1200	720	240	3600	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43	Pano de prato, material algodão cru, comprimento 60 cm, largura 40 cm, cores div.(estampado), caract. adicionais absorvente, lavável e durável, com bainha nas laterais	UND	960	720	600	120	2400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44	PANO MULTIUSO: pct c/ 5 unid (medindo 50x35cm cada).	PCT	1920	1200	1.200	480	4800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
45	Papel higiênico branco 30 X 10 - fardo com 48 und . Folha Simples. Neutro. Papel 100% celulose virgem. 48/ 4 (fard o 12 pct c/4)	FRD	2400	720	480	120	3720	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46	PAPEL TOALHA - fardo com 24 rolos.	FRD	480	150	120	60	810	R\$ 0,00	R\$ 0,00
47	PRATO DESCARTÁVEL: pct na cor branco com 15cm, pct c/10 und.	PCT	9600	1200	960	240	12000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
48	RODO DE 40 CM	UND	960	480	480	120	2040	R\$ 0,00	R\$ 0,00
49	SABÃO EM BARRA, CX COM 10 KG	CX	960	300	240	120	1620	R\$ 0,00	R\$ 0,00
50	SABÃO EM PÓ DE 500G	UND	14400	6000	4.800	2.400	27600	R\$ 0,00	R\$ 0,00
51	Saco de lixo 100 litros, Especificação técnica: saco plástico - preto fosco; para lixo	UND	21600	10800	6.000	2.400	40800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
52	SACO PARA LIXO 30 L – Especificação técnica: saco plástico - preto fosco; para lixo; 30 litros	UND	26400	15600	8.400	2.400	52800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
53	SACO PARA LIXO 50 L – Especificação técnica: cor azul ou preta; para lixo;	UND	26400	15600	8.400	2.400	52800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
54	Soda cáustica, aspecto físico líquido incolor, pureza 48 a 50 per, densidade a 20° Celsius 1,5050 A 1,5250g/ cm3, aplicação produtos químicos, frasco com 400g pequeno.	FRC	2400	600	480	120	3600	R\$ 0,00	R\$ 0,00
55	VASSOURA DE PIAÇAVA	DZ	400	240	120	120	880	R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. DA GARANTIA DO OBJETO:

4.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.2. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

4.3. De acordo com o artigo 26 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) caso constatado algum vício ou quaisquer outras irregularidades nos materiais fornecidos, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas/sanadas em até 30 (trinta) dias de acordo com o artigo 18, parágrafo I, da mesma Lei.

4.4. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

4.5. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

5. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

5.1. Justificativa

5.1.1. A futura **aquisição de material de higiene e limpeza**, por meio de Pregão Eletrônico de Licitação é necessária pois o estoque do Setor de dispensa desta Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Trabalho e Promoção Social de Anajás, encontra-se zerado para os itens acima citados, necessitando de reposição, assim como garantir o produtos para atender a demanda dentro do exercício financeiro de 2025. Os materiais aqui elencados foram selecionados pelo órgão Ordenador de despesa, uma vez que, para o contínuo andamento das rotinas administrativas dos setores, bem como em relação ao atendimento de usuários e demais visitantes (autoridades, visitantes, comunidade empresarial e outros), tais objetos comuns precisam estar disponíveis, conforme a demanda dos setores.

5.2. Da Necessidade da Aquisição

5.2.1. Optou-se pela aquisição por Pregão Eletrônico de Licitação, que será realizada conforme a Lei nº 14.133/21, a qual exige que a Administração Pública seja pautada por uma gestão planejada, organizada e eficiente, pelo que suas aquisições devem considerar o equivalente ao período anual, tudo em respeito ao princípio da anualidade orçamentária, bem como em virtude da celeridade processual e da demanda a ser adquirida, tendo em vista que, um processo licitatório se tornaria oneroso e moroso para a instituição, uma vez que há a necessidade de reposição e manutenção da Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Trabalho e Promoção Social de Anajás, com os itens objeto desta futura aquisição.

5.2.2. Em relação à presente solicitação, o quantitativo estimado descrito no Documento de Formalização de Demanda-DFD, reflete uma redução na demanda

em comparação com os exercícios anteriores tendo em vista que esta Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Trabalho e Promoção Social de Anajás, por meio do Processo Administrativo, manifestou interesse em participar da **aquisição de material de higiene e limpeza**.

5.2.3. Nesse sentido justifica-se a necessidade da contratação objetivando o reabastecimento desta Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Trabalho e Promoção Social de Anajás, em detrimento do interesse público.

6. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA:

A definição da quantidade estimada de **materiais de higiene e limpeza** a serem adquiridos pelas Secretarias Municipais fundamenta-se no levantamento das necessidades reais de consumo, considerando-se:

Número de unidades administrativas e operacionais atendidas: abrangendo secretarias, escolas, hospital municipal, unidades básicas de saúde urbanas e ribeirinhas, centros de referência em assistência social, repartições públicas e demais prédios sob responsabilidade da Administração.

Demanda contínua e permanente de uso: os materiais de higiene e limpeza são insumos de consumo diário, indispensáveis para a manutenção da salubridade, conservação dos ambientes e prevenção de riscos à saúde de servidores e usuários. Volume de atendimento à população: a estimativa considera o fluxo elevado de pessoas que circulam diariamente nos espaços públicos, como hospitais, escolas e centros de atendimento social, exigindo maior reposição de produtos como sabão, detergente, álcool, papel higiênico, papel toalha e sacos de lixo.

Especificidades geográficas do Município de Anajás: devido à presença de comunidades ribeirinhas de difícil acesso, faz-se necessário prever estoque suficiente para garantir a continuidade dos serviços, mesmo em períodos de logística mais desafiadora, como cheias, estiagens ou dificuldades de transporte fluvial.

Histórico de consumo dos exercícios anteriores: as quantidades foram projetadas com base em registros e controles de consumo dos últimos anos, ajustadas de acordo com o crescimento da demanda e a ampliação dos serviços públicos municipais.

Planejamento preventivo e racional de recursos: as estimativas buscam assegurar que não haja desabastecimento, ao mesmo tempo em que evitam excessos, de modo a garantir economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a quantidade estimada apresentada reflete o consumo médio necessário para o período de vigência da contratação, garantindo o pleno funcionamento das secretarias municipais e a manutenção das condições de higiene, saúde e segurança nos espaços públicos, em conformidade com os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.1. Assim as quantidades foram definidas conforme o quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA (cx. com 12 de 1.000ml): Soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p, durante o prazo de validade.	CX	5780	R\$ 53,34	R\$ 308.305,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS
CNPJ: 05.849.955/0001-31
UNIDOS PARA O TRABALHO CONTINUAR

2	ÁCIDO MURIÁTICO: embalagem com 1 litro de produto, c/registro no ministério da saúde (registro anvisa), validade de no mínimo de 6 meses, caixa com 12 und.	CX	990	R\$ 119,34	R\$ 118.146,60
3	Álcool em gel, Certificado INMETRO, 70%, 1 L	UND	5180	R\$ 18,39	R\$ 95.260,20
4	Álcool em gel, Certificado INMETRO, 70%, 500 ml	UND	8910	R\$ 18,39	R\$ 163.854,90
5	ÁLCOOL ETÍLICO (ETANOL): 96%, 1 L, caixa com 12 und.	CX	604	R\$ 137,02	R\$ 82.760,08
6	Aromatizador de ambiente aerosol tipo bom ar - 360 ml, caixa com 12 und.	CX	388	R\$ 145,48	R\$ 56.446,24
7	BACIA DE PLÁSTICO G	UND	630	R\$ 52,65	R\$ 33.169,50
8	BACIA DE PLÁSTICO M	UND	630	R\$ 43,68	R\$ 27.518,40
9	BACIA DE PLÁSTICO P	UND	630	R\$ 17,93	R\$ 11.295,90
10	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA 20 LT	UND	740	R\$ 46,70	R\$ 34.558,00
11	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA 50 LTS	UND	560	R\$ 71,08	R\$ 39.804,80
12	CERA LIQUIDA INCOLOR, embalagem com 750 M L , caixa com 12 unidades.	CX	120	R\$ 122,99	R\$ 14.758,80
13	CESTO P/ LIXO: Peq c/ Tampa med. aprox.5,5lts. Material de polietileno, cores variadas.	UND	600	R\$ 32,07	R\$ 19.242,00
14	CESTO TELADO PLÁSTICO TAM G, NÃO RECICLADO	UND	720	R\$ 39,12	R\$ 28.166,40
15	COLHER DE PAU TAM. M	UND	960	R\$ 19,65	R\$ 18.864,00
16	COLHER DESCARTÁVEL: tamanho médio, pct c/ 50 unid na cor transparente.	PCT	12000	R\$ 11,78	R\$ 141.360,00
17	CONCHA DE INOX TAM. G	UND	240	R\$ 18,97	R\$ 4.552,80
18	COPO DESCARTÁVEL 180 M L PCT COM 100 UND	PCT	36000	R\$ 8,49	R\$ 305.640,00
19	COPO DESCARTÁVEL 50 ML PCT COM 100 UND	PCT	18000	R\$ 6,16	R\$ 110.880,00
20	CRIVO PLÁSTICO TAM. G	UND	1080	R\$ 16,99	R\$ 18.349,20
21	DESINFETANTE DE 02 LT caixa com 06 und	CX	5400	R\$ 52,54	R\$ 283.716,00
22	DESODORIZADOR DE VASO SANITÁRIO, caixa com 12 und	CX	1260	R\$ 56,11	R\$ 70.698,60
23	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUÇA 500ml, com caixa de 24 unidades	CX	5400	R\$ 78,72	R\$ 425.088,00
24	ESCORREDOR DE ARROZ EM INOX TAM. G	UND	840	R\$ 61,19	R\$ 51.399,60
25	ESCOVÃO DE PIAÇA	UND	3000	R\$ 27,65	R\$ 82.950,00
26	ESPANADOR	UND	960	R\$ 25,57	R\$ 24.547,20
27	ESPONJA LAVA LOUÇA DUPLA FACE CX CM 60 UND.	CX	480	R\$ 45,53	R\$ 21.854,40
28	FACA DESCARTÁVEL: tamanho médio, pct c/ 50 unid na cor transparente.	PCT	12000	R\$ 11,49	R\$ 137.880,00
29	FACA INOX PARA COZINHA 8"	UND	720	R\$ 37,95	R\$ 27.324,00
30	GARFO DESCARTÁVEL: tamanho médio, pct c/ 50 unid na cor transparente.	PCT	12000	R\$ 11,25	R\$ 135.000,00
31	INSETICIDA AEROSOL 300 ML, caixa com 12 und	CX	1076	R\$ 115,59	R\$ 124.374,84
32	ISQUEIRO	UND	1020	R\$ 6,37	R\$ 6.497,40
33	LÂ DE AÇO, fardo com 20 und	FARDO	780	R\$ 45,24	R\$ 35.287,20
34	LIMPA ALUMÍNIO: líquido garrafa 500ml, concentrado base água, ecológico, biodegradável validade de no mínimo de 6 meses, com registro no Ministério da Saúde.	UND	1380	R\$ 5,99	R\$ 8.266,20
35	LIMPA VIDROS de 500ml, spray	UND	1560	R\$ 14,36	R\$ 22.401,60
36	LUSTRA MOVEIS, frasco com 200 ml de primeira qualidade (brilho seco), proteção contra manchas à água. Caixa com 24 und	CX	120	R\$ 138,47	R\$ 16.616,40
37	LUVA DE BORRACHA CANO CURTO TAM. G	PAR	2160	R\$ 5,50	R\$ 11.880,00
38	LUVA DE BORRACHA CANO CURTO TAM. M	PAR	3240	R\$ 5,56	R\$ 18.014,40

39	PÁ PARA LIXO USO DOMÉSTICO - CABO DE 60 CENTÍMETROS - Especificação técnica: pá para lixo uso doméstico - em plástico; com cabo em madeira; medindo 60 centímetros.	UND	1560	R\$ 16,08	R\$ 25.084,80
40	PANELA DE ALUMINIO DE 10 LT	UND	480	R\$ 219,85	R\$ 105.528,00
41	PANELA DE ALUMINIO DE 20 LT	UND	480	R\$ 215,97	R\$ 103.665,60
42	Pano de chão atalhado medindo 70cmx60cm. Pct c/ 10 unids.	PCT	3600	R\$ 17,82	R\$ 64.152,00
43	Pano de prato, material algodão cru, comprimento 60 cm, largura 40 cm, cores div.(estampado), caract. adicionais absorvente, lavável e durável, com bainha nas laterais	UND	2400	R\$ 13,35	R\$ 32.040,00
44	PANO MULTIUSO: pct c/ 5 unid (medindo 50x35cm cada).	PCT	4800	R\$ 13,56	R\$ 65.088,00
45	Papel higiênico branco 30 X 10 - fardo com 48 und . Folha Simples. Neutro. Papel 100% celulose virgem. 48/ 4 (fard o 12 pct c/4)	FRD	3720	R\$ 56,74	R\$ 211.072,80
46	PAPEL TOALHA - fardo com 24 rolos.	FRD	810	R\$ 59,07	R\$ 47.846,70
47	PRATO DESCARTÁVEL: pct na cor branco com 15cm, pct c/10 und.	PCT	12000	R\$ 4,30	R\$ 51.600,00
48	RODO DE 40 CM	UND	2040	R\$ 11,60	R\$ 23.664,00
49	SABÃO EM BARRA, CX COM 10 KG	CX	1620	R\$ 135,62	R\$ 219.704,40
50	SABÃO EM PÓ DE 500G	UND	27600	R\$ 10,01	R\$ 276.276,00
51	Saco de lixo 100 litros, Especificação técnica: saco plástico - preto fosco; para lixo	UND	40800	R\$ 7,42	R\$ 302.736,00
52	SACO PARA LIXO 30 L – Especificação técnica: saco plástico - preto fosco; para lixo; 30 litros	UND	52800	R\$ 2,75	R\$ 145.200,00
53	SACO PARA LIXO 50 L – Especificação técnica: cor azul ou preta; para lixo;	UND	52800	R\$ 3,80	R\$ 200.640,00
54	Soda cáustica, aspecto físico líquido incolor, pureza 48 a 50 per, densidade a 20° Celsius 1,5050 A 1,5250g/ cm3, aplicação produtos químicos, frasco com 400g pequeno.	FRC	3600	R\$ 13,60	R\$ 48.960,00
55	VASSOURA DE PIAÇAÇA	DZ	880	R\$ 136,80	R\$ 120.384,00

7. DO ESTUDO TÉCNICO

7.1. Consta nos autos Estudo Técnico Preliminar.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS (ART. 6º, XIII DA LEI 14.133/21):

8.1. Os itens que integram o objeto deste Termo de Referência tratam-se de BENS COMUNS, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021, qual seja, bens “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (BASE LEGAL: ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "J" DA LEI 14.133/2021; ART. 30, XI DA IN 5/2017):

9.1. A programação orçamentária para cobertura das despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrá por conta da dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de Anajás/ Secretarias Vinculadas para o exercício 2025, na Fonte de recurso:

Prefeitura Municipal de Anajás e Secretaria Correlatas.

1001 Secretaria de Finanças

04 123 0037 2.002 Manutenção da secretaria de Finanças

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15000000 Recursos não vinculados de impostos

1201 secretaria de Administração

04 122 0037 2.014 Manutenção da secretaria de Administração

3. 3. 90. 30. 00 Mate rial de consumo

15000000 Recursos não vinculados de Impostos

1601 Secretaria de obras e serviços urbanos

04 122 0037 2.040 Manutenção da secretaria de obras e serviços urbanos

3. 3. 90. 30. 00 Mate rial de consumo

17490000 Outras vinculações de transferências 17500000 CIDE

1801 secretaria de esporte lazer

27 122 1007 2. 047 Manutenção da secretaria de esporte e lazer

3. 3. 90. 30.00 Material de consumo

15000000 Recursos não vinculados de impostos

2201 se.de agricultura, abast. pecua. e pesca

20 032 0037 2.078 Manutenção do Conselho Municipal de Agricultura

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15000000 Recursos não vinculados de Impostos

20 122 0037 2. 079 Manutenção da secretaria de agricultura

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15000000 Recursos não vinculados de Impostos

1501 Fundo Municipal de Educação

12 032 0251 2.021 Manutenção do conselho de alimentação escolar - CAE 3.3.90.30.00 Material de consumo

15001001 Receita de imposto e transf. - Educação

12 032 0401 2.022 Manutenção do conselho do FUNDEB

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

12 122 0037 2. 023 Manutenção da secretaria de educação

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15001001 Receita de Imposto e transf. - Educação

12 122 0037 2.024 Manutenção de outros programas do FNDE

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15690000 Outras transferências do FNDE

12 306 0251 2. 025 Programa de alimentação escolar - PNAE/ FNDE

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15 520000 Transferência de recursos do PNAE

12 361 0401 2.027 Manutenção do Ensino Fundamental

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos

15410000 Transf. do FUNDEB - Comple. União - VAAF

15420000 Transf. do FUNDEB - Comple. União - VAAT

15430000 Transf. do FUNDEB - Comple. União - VAAR

12 361 0401 2. 02 9 Manutenção do programa PEA

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

IS 710000 Transferência de convênio- Estado/Educação

12 361 0403 2. 031 Manutenção do programa PDD

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo

15 510000 Transferência de recursos do PDDE

12 361 0408 2.034 Manutenção do transporte escolar

3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
15400000 Transferências do FUNDEB Impostos
12 361 0450 2. 03 5 Remuneração do magistério ensino infantil e reche
7012 362 0435 2.036 Manutenção do programa PETE
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
15710000 Transferência de convênio - Estado/Educação
12 365 1311 2.038 Manutenção do ensino infantil
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
15420000 Transf. do FUNDEB - Comple . união – VAAT

1901 Fundo municipal de saúde
10 032 0037 2.049 Manutenção do conselho municipal de saúde
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
15001002 Receita de imposto e transf. - Saúde
10 122 0037 2. 050 Manutenção da secretaria
de saúde 3.3.90.30.00 Material de consumo 15001002 Receita de imposto e transf. - Saúde
10 301 0203 2.057 Manutenção do Programa da Estratégias Saúde da Família ESF
3.3.90.30.00 Material de consumo
16000000 Transferência SUS- Bloco de manutenção
10 301 02172.058 Programa de atenção da saúde bucal
3. 3. 90. 30. 00 Mate rial de consumo
16000000 Transferência SUS - Bloco de manutenção
10 301 1004 2.059 Manutenção de outros programas do SUS
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
16000000 Transferência SUS - Bloco de manutenção
10 302 0210 2.060 Manutenção do centro de saúde de Anajás
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
16000000 Transferência SUS - Bloco de manutenção
16010000 Transferência SUS - Bloco de estruturação
16210000 Transferência SUS - Governo Estadual
10 303 0230 2. 061 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica básica
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
16000000 Transferência SUS - Bloco de manutenção
10 304 0235 2. 062 Manutenção do Programa vigilância sanitária
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
16000000 Transferência SUS- Bloco de manutenção
16210000 Transferência SUS - Governo Estadual

2101 Fundo municipal de assistência social
08 032 0133 2.065 Manutenção de conselhos: Tutelar/Assist. Social /Criança e Adolescente
3. 3. 90. 30. 00 Material de consumo
15000000 Recursos não vinculados de Impostos
08 122 0037 2.066 Manutenção da Secretaria do Trabalho e Assistência Social
3.3.90.30.00 Material de consumo
15000000 Recursos não vinculados de impostos
08 244 01372. 072 Manutenção do Centro de Referência Especializado - CREAS - PAE FI
3.3.90.30.00 Material de consumo
16600000 Transferência de recursos do FNAS
08 244 1002 2.077 Manutenção da casa de apoio de Anajás
3. 3. 90. 30. 00 Mate rial de consumo
15000000 Recursos não vinculados de impostos

2501 Fundo municipal de meio ambiente
18 542 0615 2.009 manutenção da Educação Ambiental
3.3.90.30.00 Material de consumo
15000000 Recursos não vinculados de impostos
18 032 0037 2.082 Manutenção do conselho municipal do meio ambiente
3.3.90.30.00 material de consumo
15000000 Recursos não vinculados de impostos
18 541 1010 2.083 Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA
3. 3. 90. 30. 00 Mate rial de consumo
15000000 Recursos não vinculados de impostos

1401 secretaria de cultura e turismo
13 391 1006 2 . 019 Manutenção da Biblioteca Municipal
3. 3. 90. 30. 00 Mate rial de consumo
15000000 Recursos não vinculados de impostos

10. DA ENTREGA/PRAZO/RECEBIMENTO: (BASE LEGAL: ARTS. 6º, X; 40, §1º, II; 95 DA LEI 14.133/21):

10.1. Da Entrega
10.1.1. Os objetos deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Pedro José da Silva, 01, Centro, CEP: 68810-000, Anajás/PA.
10.2. Do Prazo
10.2.1. O prazo para entrega de até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da nota de empenho.
10.2.2. Considerando que os objetos solicitados são de entrega parcelada, devendo ser entregues em varias parcela, deverá se considerar para fins de vigência contratual a Nota de Empenho, conforme estabelecido no artigo 95 da Lei 14.133/2021.

11. DO RECEBIMENTO E CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS: (BASE LEGAL: ART. 140, II, DA LEI 14.133/2021):

11.1. O objeto deste Termo será recebido por comissão portariada para este fim, em conformidade com o que rege Art. 140, inciso II, letras “a” e “b”, da Lei 14.133/21.
11.2. A CONTRATADA deverá entregar os materiais de acordo com o prazo estipulado neste Termo de Referência e o recebimento do material será:
11.3. Provisório: no ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações em até 05 (cinco) dias;
11.4. Definitivo: após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação em até 5 (cinco) dias.
11.5. Constatado que o objeto recebido não está em conformidade com este Termo de Referência/homologado, a comissão de recebimento comunicará a Contratada expondo as razões da recusa e notificando-a, a efetuar o fornecimento do objeto homologado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, sem qualquer ônus a Contratante;
11.6. Decorrido o prazo estipulado da notificação, sem a devida substituição do recusado, em ato continuo será dado ciência ao gestor da pasta, visando, sobre tudo a instauração de Processo Administrativo para a aplicação das sanções e penalidades face à adjudicatária, nos termos do Termo de Referência, subsidiariamente à Lei 14.133/21.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: (BASE LEGAL: ART. 141, INCISO I, DA

LEI 14.133/21):

O pagamento, decorrente da entrega dos materiais objetos deste Projeto Básico / Termo de Referência de cada solicitação/requisição, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, combinado com o art. 140 da Lei nº 14.133/21.

Em conformidade com o Decreto nº 27.546, de 20 de outubro de 2022 - Nova Retenção de IRRF e a IN nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.

Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue para pagamento.

Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

X = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação

da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Diante da conferência, a Nota Fiscal deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto no artigos 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

É condição para o pagamento do valor constante da nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

13. DA ESTIMATIVA DA DESPESA:

O valor estimado da contratação é de R\$ 5.180.371,16 (Cinco milhões, cento e oitenta mil, trezentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), de forma parcelada, conforme demonstrado da forma de contratação sugerida, levando em consideração o DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA.

14. DA REFERÊNCIA DE PREÇOS:

O orçamento estimado foi obtido através da média das propostas de preços obtidas pelo preço praticado por outros órgãos públicos e/ou fornecidas por empresas especializadas do ramo, conforme demonstrado no Quadro Comparativo de Pesquisa de Mercado.

15. PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS:

Tendo como valor total R\$ 5.180.371,16 (Cinco milhões, cento e oitenta mil, trezentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), satisfazendo e suprimindo as necessidades da Prefeitura Municipal e das Secretarias Correlatas com a aquisição de material de higiene e limpeza.

16. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade

com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

Os preços unitários por item e o valor global da proposta;
Poderá ser acompanhada de folder/prospecto/catálogo do produto ofertado para comprovação das especificações técnicas do objeto;
A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

18. SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA:

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

A priori, a Prefeitura Municipal de Anajás apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade, e os alimentos que serão adquiridos não possuem potencialidade de risco ambiental.

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (BASE LEGAL: ARTS. 25 E 156 DA LEI 14.133/2021):

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei nº 14.133,21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Municipais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF.

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Contratante

proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Apresentação de documentação falsa;
- Comportamento inidôneo;
- Fraude fiscal;
- Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à contratante ou a terceiros.

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude

fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.

21. DA HABILITAÇÃO:

21.1. Da Habilitação Jurídica, Econômico-financeira, Fiscal e Trabalhista

21.1.1. Habilitação Jurídica

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012;

No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. i) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva."

Prova de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica nos órgãos de registro competente.

Documentos Pessoais do Representante, no caso de Pessoa Jurídica.

Prova de Inscrição no CPF ou CNPJ.

21.1.2. **Habilitação Econômico-financeira**

Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, será verificado pela Prefeitura Municipal de Anajás se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

Caso a empresa licitante não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

Balanço Patrimonial referente ao último exercício social ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

21.1.3. **Regularidade Fiscal**

Certidão de Regularidade de Débitos relativa às Contribuições Sociais e com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

21.2. **Regularidade Trabalhista**

Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

Declaração de Inexistência de Empregados Menores de 18 anos, salvo da condição de menor aprendiz, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

21.2. **Qualificação Técnica**

a) Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de fornecimento similares ao objeto desta licitação;

b) Alvará da Vigilância Sanitária, da sede do licitante.

22. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços

23. DAS OBRIGAÇÕES:

23.1. DA CONTRATADA

Além daqueles exigidos em Lei a empresa (as) detentora do certame deverá:

- a. Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos especificados neste Termo de Referência;
- b. Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;
- c. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado;
- d. Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;
- e. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação;
- f. Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;
- g. Responsabilizarem-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.
- h. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;
- i. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
- j. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na execução dos serviços.

23.2. DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

- a. Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, verificando se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Projeto;
- b. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações;
- c. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital.

24.DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO (ART. 71 DA LEI Nº 14.133/21):

24.1. Nos termos do art. 71 da Lei n.º 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

24.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

24.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.DO PAGAMENTO:

25.1 A CONTRATADA deverá apresentar a NOTA Fiscal e fatura correspondentes aos materiais fornecidos a Prefeitura Municipal de Anajás/ Secretarias vinculadas.

25.2 Os Materiais deverão ser, rigorosamente, aqueles descritos na (s) Nota Fiscal, sendo que, na hipótese de prestação diversa, o pagamento ficará, em sua totalidade, suspenso até a respectiva regularização.

25.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho e vinculado à conta corrente.

25.4 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

25.5 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

25.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação relativa a regularidade fiscal, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

25.6.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a

comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

25.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.9 Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

25.10. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

25.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

25.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

25.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

26. DOS CASOS OMISSOS:

As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

27. DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca de Anajás/PA, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

28. ANEXOS:

- Documento de Oficialização de Demanda.
- Estudo Técnico Preliminar.

Anajás/PA, 15 de julho de 2025.

MARCELO DOS REIS RUY-SÊCCO
Secretário Municipal de
Administração

AURILENE PEREIRA ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

SILAS DE JESUS SOARES DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

JOSINEIA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal do Trabalho e
da assistência social